

42o Encontro Anual da Anpocs

GT 31 - Teoria Política e Pensamento Político Brasileiro -
conflito, poder, legitimidade e Estado

O que é o lulismo? Roteiro de uma controvérsia

Wagner de Melo Romão

Universidade Estadual de Campinas - Unicamp

Caxambu - MG

2018

O que é lulismo? Roteiro de uma controvérsia

Wagner de Melo Romão

1. Introdução

De tempos em tempos, nossa compreensão sobre as relações entre o Estado e a sociedade civil - ou, mais especificamente, as relações do Estado com os movimentos sociais - sofre algum tipo de abalo. É como se houvesse uma quebra de paradigma (KUHN, 2000) provocada pelas mudanças nos regimes políticos, que alteram o comportamento e de nosso objeto de análise. Ênfases no modo de observar estas relações modificam o próprio referencial teórico-analítico pelo qual a literatura se desenvolve. Estas mudanças no modo de analisarmos tais relações podem advir das características e trajetórias das forças políticas em ascensão, da relação anterior delas com setores da sociedade civil ou de sua capacidade e disposição de se abrir ou não à influência dos movimentos sociais.

Charles Tilly (2006), busca estabelecer uma interpretação abrangente sobre como regimes políticos e formas de contencioso político se articulam. Propõe uma concepção geral sobre o comportamento de movimentos sociais em contextos democráticos ou autoritários. Considera alterações em diversos níveis e, portanto, variações no interior de regimes políticos, democráticos ou autoritários. As mudanças nos regimes políticos afetam a estrutura de oportunidades políticas pela qual atuam os movimentos sociais em sua interação com o Estado.¹ Cito o autor:

In static terms, political opportunity structure consists of a) the multiplicity of independent centers of power within the regime; b) the openness of the regime to new actors; c) the instability of current political alignments; d) the availability of influential allies or supporters; and e) the extent to which the regime re-

¹ Estruturas de oportunidades políticas é um conceito fundamental nos trabalhos dos teóricos do confronto político, como Charles Tilly e Sidney Tarrow, e está ligado à ideia de que a dinâmica do confronto político está muito mais relacionado às alterações conjunturais de oportunidades políticas do que a fatores sociais e econômicos mais persistentes. Ver Tarrow (2009, capítulo 5).

presses or facilitates collective claim-making. Dynamically, it consists of decisive change in any or all of these elements (Tilly, 2006: 187).²

Ou seja, quando falamos de regimes políticos em sua interação com movimentos sociais, e utilizamos a ideia de estrutura de oportunidades políticas, a leitura de Tilly nos auxilia a perceber que, de fato, mudanças nos regimes instauram novas dinâmicas políticas entre agentes do Estado e da sociedade civil.

Como estas ideias podem nos ajudar a compreender as mudanças ocorridas no período recente nas relações entre movimentos sociais e o Estado no Brasil? Penso que, fundamentalmente, a nos sugerir que alterações no regime político - e na estrutura de oportunidades políticas - implicam em alterarmos nossas próprias categorias para pensar as relações entre movimentos sociais e Estado, em sua heterogeneidade e em suas instâncias específicas. A especialização dos campos de estudo nos leva, na maior parte do tempo, a desprezarmos as mudanças ocorridas no sistema político mais amplo e seus impactos sobre aquelas que são as ações típicas dos movimentos sociais - o que a literatura referida em Tilly (1978), Tarrow (2009) e outros autores da literatura do “confronto político” chamam de *repertório*. No entanto, é fundamental relacionar a ação dos movimentos ao regime político vigente - e suas alterações - para que possamos compreender suas estratégias de atuação, seu comportamento político e os limites que os próprios movimentos sociais se impõem em suas práticas.

A chegada do PT ao governo federal, em 2003, trouxe um enorme desafio à literatura sobre a relação entre movimentos sociais e o Estado no Brasil. De maneira distinta àquilo que os acima citados cânones da teoria dos movimentos sociais apresentavam, via-se na prática que esta relação não necessariamente se daria em contenciosos ou em enfrentamentos na forma de protestos de rua, pressões, ocupações, ações junto à opinião pública ou outras formas de expressão para se combater as ações advindas do Estado. Se no caso brasileiro isso já se via em experiências de governos subnacionais, a presença do

² Em termos estáticos, estrutura de oportunidades políticas consiste em: a) a multiplicidade de centros independentes de poder dentro do regime; b) a abertura do regime a novos atores; c) a instabilidade dos atores alinhamentos políticos; d) a disponibilidade de influentes aliados ou apoiadores; e e) a medida em que o regime reprime ou facilita a reivindicação coletiva. Dinamicamente, consiste em uma mudança decisiva em qualquer um ou em todos esses elementos.

PT no governo federal foi o acontecimento político maior que fez a literatura voltar suas atenções para formas menos antagônicas de relação entre Estado e movimentos sociais (CARLOS, 2015).

O enfoque analítico sobre estas relações no período do governo do PT esteve longe de ser unânime ao longo destes quase quinze anos de produção acadêmica e, inevitavelmente, foi permeado por categorias próprias do embate político, como a ideia de “aparelhamento” (FAUSTO, 2010; GADEA, 2010) ou “cooptação” (RICCI, 2010). Faltava à literatura brasileira um referencial de análise que nos fornecesse instrumental a trabalhar mais na aproximação do que no conflito aberto entre movimentos sociais e Estado e que, ao mesmo tempo, não estivesse ligado diretamente a um juízo de valor sobre estas relações. Abers, Serafim e Tatagiba (2014) perceberam esta necessidade e, em artigo seminal, apontaram como o governo Lula ampliou “as chances de acesso e influência dos movimentos sobre o Estado, obviamente com variações setoriais importantes” (p. 326), em trabalho que agregou avanços da literatura brasileira no período.

As autoras utilizam a categoria *repertório* na chave da interação, e não necessariamente do conflito entendido como luta frontal entre dois agentes, utilizando os casos das relações entre movimentos sociais e o Estado nas áreas de política urbana, desenvolvimento agrário e segurança pública. Em suas conclusões, Abers, Serafim e Tatagiba indicam que, especificamente durante o governo Lula, as mudanças na relação Estado e sociedade se deram pela influência da “migração de ativistas dos movimentos sociais e simpatizantes para dentro do governo e a transformação criativa dos repertórios de interação Estado-sociedade já existentes nessas novas circunstâncias”.³ É certo que isso se deu, de acordo com a leitura de Tilly, pela alteração da estrutura de oportunidades políticas no período de ocupação da liderança do governo federal pelo PT.

Houve alteração no regime político brasileiro com a chegada do PT ao poder, sobretudo nos termos de Tilly, ou seja, sobre a abertura de novos acessos dos agentes externos ao Estado - os movimentos sociais. Para que possamos compreender com mais clareza o que exatamente ocorreu, cabe-nos considerar as características deste novo regime

³ Os repertórios considerados pelas autoras são os seguintes: protestos e ação direta, participação institucionalizada, política de proximidade e ocupação de cargos na burocracia (ABERS, SERAFIM, TATAGIBA, 2014: 332-3).

político e suas consequências para a relação Estado vs. sociedade civil / movimentos sociais enquanto ele prevaleceu. Que fatores compuseram a variação do regime político democrático produzida pela presença de Lula, Dilma e o PT na liderança do governo federal? De que maneira a relação mutuamente constitutiva entre o PT e boa parte dos movimentos sociais brasileiros surgidos nas décadas de 1970 e 1980 influenciou esta variação de regime político? Como isso se refletiu em cada setor de políticas públicas?

Para colaborar com a busca de respostas a estas questões, este paper tentará aproximar o debate sobre o lulismo com o tema das relações entre Estado e movimentos sociais. O lulismo - tal qual vem sendo conceituado e debatido no âmbito da ciência política nos anos recentes - pode ser compreendido como uma variação do regime político democrático brasileiro e produziu importantes alterações na relação do Estado com os movimentos.

Ao propor esta aproximação, busco enfatizar que elas tiveram características específicas ao longo dos governos petistas liderados por Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ao mesmo tempo, torna-se mais imediata a conexão entre o campo mais amplo do debate sobre as disputas de poder na política brasileira e o campo mais restrito de atuação dos movimentos sociais. O foco será em dois aspectos que julgo centrais no debate da literatura sobre este fenômeno político (o lulismo) e a reconfiguração da relação entre os movimentos sociais e o Estado sob este regime: a) o modo como os movimentos sociais, elemento constitutivo do petismo, atuaram no regime lulista; e b) o que representaram as manifestações de junho de 2013 para o lulismo.

Este texto está organizado da seguinte forma: em um primeiro momento, situarei o debate sobre o lulismo em sua formulação original em Singer (2009), quando o autor propôs o conceito como um realinhamento eleitoral ocorrido em 2006 e, a partir daí, gerou aficcionados e críticos. Em seguida, de maneira breve, indicarei como a ideia de lulismo se desdobra em visões sobre a acumulação capitalista no Brasil e a redistribuição de riqueza e renda, a partir da análise de Menezes e Palermo (2012). Em seguida, passarei ao debate sobre os sentidos do lulismo na literatura sobre os movimentos sociais guiado pelos dois aspectos acima apontados, que serão desenvolvidos em sequência. Nas

considerações finais, buscarei propor uma visão sobre o futuro próximo das relações entre os movimentos sociais e o Estado no Brasil, com base na discussão anterior.

2. O conceito de lulismo em seu primeiro momento

O lulismo nasce como uma hipótese explicativa sobre o realinhamento eleitoral de estratos sociais, observados na eleição presidencial de 2006 no Brasil. A tese de Singer (2009) propõe que o PT foi construído com apoio dos movimentos sociais, das camadas médias e dos intelectuais e que a chegada de Lula ao poder no nível federal foi acompanhada da emergência do que ele chama de uma nova "matriz" socioeconômica - o lulismo - que possibilita a tradução política das aspirações das classes de baixa renda sem ameaçar o modelo de desenvolvimento econômico neoliberal e a ordem social favorável aos setores conservadores da população (AMARAL, POWER: 2016). Essa alteração provoca uma significativa mudança nas bases sociais do PT em âmbito nacional.

O lulismo possui dois vetores conflitantes e, por vezes, contraditórios. De um lado, cria-se um realinhamento eleitoral que pode explicar a sustentação e resiliência política do governo Lula e que também se desenvolveu no governo Dilma. No final do seu primeiro mandato, Lula havia perdido o apoio de suas bases políticas junto às camadas médias do eleitorado, a qual passou a reprová-lo majoritariamente desde meados de 2005. Não estão totalmente claros os motivos pelos quais isso ocorreu. Elencam-se fatores como a reforma da Previdência do setor público, ocorrida ainda em 2003, e principalmente a rejeição a partir da divulgação do escândalo do “mensalão”, que derrubou ministros do entorno político do presidente. Este eleitorado - importante recurso à eleição de Lula em 2002 e em suas disputas eleitorais anteriores - passara a rejeitá-lo sistematicamente.

Enquanto isso, no sentido contrário, “houve um movimento subterrâneo de eleitores não de baixa renda, mas de baixíssima renda, que tendem a ficar invisíveis para os analistas” (SINGER, 2012: 53). Também aqui não é possível identificar concretamente as causas do fenômeno, mas há pouca dúvida de que um conjunto de políticas públicas como o Programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o aumento real do salário mínimo e

até mesmo uma forte identificação desta parcela do eleitorado com a trajetória de Lula podem ter contribuído para essa mudança, provocando uma alteração nas bases materiais do voto (SINGER, 2012: 63). Singer utiliza o termo *lulismo* inicialmente para caracterizar este realinhamento eleitoral de mão dupla, com o progressivo abandono das camadas médias do voto em Lula - estes eleitores potenciais do PT até 2002 - e a conexão eleitoral mais direta de Lula com os eleitores de renda familiar de até cinco salários mínimos, até então votantes nas candidaturas mais conservadoras.⁴

Porém, o elemento fundamental que conecta o fenômeno eleitoral com uma interpretação mais profunda da realidade política brasileira é a ideia de mudança sem confronto com o capital, que caracteriza o lulismo como um fenômeno de conciliação de classes. Singer recupera trabalho anterior (SINGER, 2000) e defende a tese de que a rejeição a Lula se dava entre os mais pobres por certa hostilidade deste público com relação às greves (sendo Lula identificado com elas) e também a uma intuitiva autolocalização à direita do espectro político. Assim, os mais pobres buscavam a redução das desigualdades por meio da ação do Estado, mas eram refratários a quaisquer movimentos que pudessem “desestabilizar a ordem”. A busca dos mais pobres seria por uma figura política que fizesse as mudanças pelo alto, “uma autoridade constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade” (SINGER, 2012: 58).

Deste modo, a síntese do lulismo - para além do mero realinhamento eleitoral - refere-se à articulação de ações de diminuição da desigualdade e da pobreza com manutenção da estabilidade política e da ordem, que comovem o eleitorado pobre e relativamente conservador. É por este veio que - sob o signo da ideia de reformismo fraco - a literatura recente sobre o regime político brasileiro irá considerar o lulismo como um pacto interclasses sociais e um projeto político e ideológico (NOGUEIRA, 2017). O conceito de lulismo passa a ser considerado como a referência a partir da qual se irá navegar do debate sobre comportamento eleitoral para outros campos do conhecimento sobre o mundo político.

⁴ Outros autores trataram de buscar explicações para o mesmo fenômeno. Zucco (2008, 2013) compreende que se trata não de uma particularidade de Lula, mas da reafirmação do fenômeno do “governismo”, sobretudo no Nordeste brasileiro. Rennó e Cabello (2010), no mesmo sentido, reputam o lulismo de Singer a um voto desideologizado e influenciado pelo bom desempenho do governo Lula.

3. Desdobramentos do conceito

Lulismo se tornou o termo corrente nos debates sobre o período Lula na presidência da República. Algumas interpretações vinculam diretamente o lulismo à figura de Lula. Esta é, porém, apenas parte menos elaborada do conceito, embora alguns autores tenham se dedicado a relacionar o lulismo à ideia de culto à personalidade (ANTUNES, 2006) ou mesmo própria de certa visão sobre *populismo*, outro termo de uso corrente tanto na academia quanto na mídia (SOUZA, 2011; BETHELL, 2013).

O debate sobre os sentidos do lulismo parte do apontado por Singer (2012) e vai além. Expande-se para a questão do regime de acumulação capitalista e sobre a expansão das políticas sociais e redistribuição de renda. Menezes e Palermo (2012) identificam interpretações correntes com este foco. Embora haja nuances, sobretudo provocadas pelos posicionamentos político-ideológicos dos autores relacionados a cada uma das interpretações, o sentido geral do exposto por Menezes e Palermo indica como o lulismo conseguiu articular os interesses do grande capital de base nacional à sustentação de um crescimento econômico que incluiu novas massas de consumidores.

Se é verdade que parte dos autores (Novelli, 2010; Kingstone e Ponce, 2010; e Power, 2010) verificam o período Lula como de continuidade ao período FHC - no sentido de que houve permanência de sua política econômica com uma ação mais forte em políticas sociais -, predomina entre os analistas a tese de que o lulismo se configura como uma “redefinição significativa do modelo” de acumulação capitalista iniciado por FHC. Mas, há divergências sobre o sentido político desta alteração no modelo anterior.

Numa interpretação elogiosa, vê-se que a nova orientação que prevalece quando da ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, passa a sustentar a aposta de desenvolvimento social baseada na expansão do crédito dirigido ao proletariado, no crescimento real do salário mínimo e no Programa Bolsa Família. A ascensão de cerca de 32 milhões de pessoas às classes A, B e C e a redução de 43% dos níveis de pobreza são o marco social de uma elevação substantiva no nível de renda da população brasileira, sem que o confronto direto com os mais ricos. Ao contrário, a ação do BNDES junto aos grandes grupos empresariais e o círculo virtuoso de geração de empregos diretos e indire-

tos e ampliação do consumo, articulado a ganhos crescentes do capital relacionado à construção civil no PAC e no Programa Minha Casa Minha Vida estabelecem a ideia de que todos podem ganhar no novo Brasil governado por Lula. Autores como Pochmann (2010) e Neri et. al. (2010) são alguns que enfatizam este ciclo benéfico do lulismo.

Uma interpretação crítica ao mesmo fenômeno indica como Lula não teria modificado as bases econômicas do país, que permanecera com tendência à especialização na exportação de *commodities* agrícolas, extrativas e da indústria de baixo valor agregado. Além disso, teria atuado para aprofundar a concentração de capitais, inclusive por atuação dos fundos de pensão, apoiando grandes processos de fusões e aquisições amparados também pelo BNDES. Esta articulação entre a elite empresarial e os operadores de fundos de pensão oriundos do sindicalismo e dos quadros mais centrais do PT - tematizados também por Jardim (2009) - forma esta amálgama para onde confluem projetos políticos antes conflitantes, mas agora em conjunção. O resultado seria a concentração ainda maior de riquezas, a geração de novas oligarquias econômicas e políticas, legitimadas pelos setores subalternos da sociedade que também perceberiam ampliação de seus ganhos, no pacto lulista. Críticas deste calibre advêm de autores de campos políticos opostos, como Francisco de Oliveira (2010) e Fernando Henrique Cardoso (2011).

Considerando este contexto mais amplo de interpretações - que dizem respeito aos aspectos mais estruturais do lulismo - passemos agora à análise dos pontos acima elencados: a) o modo como os movimentos sociais, elemento constitutivo do petismo, atuaram no regime lulista; e b) o que representaram as manifestações de junho de 2013 para o lulismo.

4. Os movimentos sociais sob o lulismo

Há diversas formas de abordar a atuação dos movimentos sociais sob o lulismo. Um conjunto expressivo de autores tem produzido reflexões neste sentido, em geral a partir do foco em determinado segmento dos movimentos sociais.⁵ Estas análises são importantes pois o embate entre os movimentos sociais e seus adversários políticos se dá

⁵ Cito apenas alguns trabalhos, dentre dezenas de textos produzidos nos últimos anos: Losekkan, 2009; Hilsenbeck Filho, 2013; Serafim, 2013; Gutierrez, 2015; Blikstad, 2017; Leubolt, Romão, 2017.

exatamente no contexto mais específico das políticas públicas para as quais se mobilizam. Deste modo, vê-se como opera o lulismo e ficam mais evidentes as estratégias e os limites da atuação dos movimentos sociais no regime.

Aqui, no entanto, minha abordagem tem por objetivo lançar luzes sobre a polêmica sobre as diferenças entre o petismo e o lulismo. De maneira geral, estabelece-se petismo e lulismo como dualidades antagônicas e contraditórias, incluindo-se diferenças entre os dois fenômenos políticos com relação ao protagonismo dos movimentos sociais. A seguir, apresentarei alguns elementos deste debate na literatura e, em seguida, como vejo que é possível, em primeiro lugar, compreender petismo e lulismo menos em suas diferenças e mais em suas similitudes e, em seguida, como vejo o lugar dos movimentos sociais no regime lulista.

Parte da literatura entende que houve uma substancial diferenciação entre a prática anterior do petismo a partir de 2002. Baiocchi, Braathen e Teixeira (2013) caracterizam o petismo a partir do chamado “modo petista de governar”, isto é, pelas ideias de inversão de prioridades, democracia participativa, luta contra a corrupção e pela ética, respeito às diversidades etc. Tal fenômeno inovador da política brasileira teria alcançado seu apogeu e, ao mesmo tempo, iniciado forte declínio com a eleição de Lula à presidência em 2002, antecedida da Carta ao Povo Brasileiro - em que Lula estabeleceu uma espécie de pacto com a burguesia e o capital financeiro. A liderança de Lula teria também minado a democracia interna ao PT, com um pragmatismo centralizador. O “mensalão” teria sido o símbolo da impossibilidade de sobrevivência do velho petismo em um novo contexto político. O crescimento econômico, o Bolsa Família e o acesso ao crédito teriam substituído as políticas petistas na passagem do local ao nacional. O lulismo seria uma espécie de rendição de um PT anteriormente participativo à lógica do presidencialismo de coalizão brasileiro, no qual a democracia petista teria sido substituída pelo apelo aos ganhos na economia. Nesta nova situação, os ganhos dos movimentos sociais e da sociedade civil teriam sido apenas parciais, sendo a realização de conferências de políticas públicas o ponto alto do “ritual” dos movimentos sociais a ir a Brasília e expor novos temas às esferas de poder.

Ruy Braga (2014) também argumenta sobre a mudança de estratégia do PT no governo federal, que seria contraditória com sua atuação anterior. O autor recupera texto de 2007 de Francisco de Oliveira, pelo qual o autor apresentava suas críticas à ação dos grandes sindicatos cutistas - no interior do Estado e na gestão dos fundos de pensão das estatais - como gestores do avanço capitalista no Brasil. E, quanto aos movimentos sociais, estes "praticamente desapareceram da agenda política. Mesmo o MST vê-se manietado pela forte dependência que tem em relação ao governo, que financia o assentamento das famílias no programa da reforma agrária." (OLIVEIRA, 2010).

Nesta toada, também se coloca Rudá Ricci (2010). O autor argumenta que "os movimentos sociais dos anos 1980 eram declaradamente refratários em relação a toda institucionalidade pública que consideravam viciada e excludente" (p. 9-10). Com a Constituição Federal de 1988 e a criação de "estruturas híbridas" de gestão participativa, afirma Ricci, "as lideranças de muitos movimentos sociais (principalmente urbanos), alteraram sua prática e agenda política. Passaram a assumir parte das tarefas de formulação dos gestores. Começaram a aprender os caminhos e descaminhos da administração pública, tiveram que se formar tecnicamente." (p. 10). Esta perda do vigor e da radicalidade original dos movimentos sociais se articulou, para o autor, ao lulismo, que expressa "a conclusão da modernização conservadora iniciada por Getúlio Vargas" (p. 12), substituindo a centralidade dos movimentos sociais no referencial petista pela ascensão da "nova classe média" e praticando a incorporação das "massas até então marginalizadas socialmente (...) pelas mãos do Estado, eliminando qualquer controle social ou sistema integrado de participação dos beneficiados na gestão das ações estatais". (p. 16). O Bolsa Família seria, para o autor - no confronto com as propostas do anterior Fome Zero - o caso "mais emblemático das intenções não participacionistas do lulismo".

Como compreender esta aparente contradição? Como os movimentos sociais - protagonistas do petismo, conforme argumentam Ricci e outros autores - teriam se convertido em coadjuvantes com a chegada do PT ao governo federal e sob o lulismo?

Entendo que, em primeiro lugar, há uma compreensão equivocada sobre a centralidade dos movimentos sociais no projeto hegemônico do PT. Parte deste equívoco se deve às análises iniciais que buscaram remontar as origens do Partido dos Trabalhadores

e ao modo como a literatura dos anos 1980 e 1990 o caracterizou, à diferença dos outros partidos políticos brasileiros. O PT era visto como um partido-movimento (PAOLI, 1995), como um partido caracterizado pela “lógica da diferença” (KECK, 1991) com relação à construção partidária de todos os outros partidos no Brasil, nascidos no seio dos parlamentos ou a partir de acordo entre as elites político-econômicas do país.

É verdade que, mais que nenhum outro até então, o PT e Lula se constituíram em um grande magneto que atraiu quase toda a esquerda no final dos anos 1970 e início dos 1980. Mas, como os movimentos sociais se agregavam àquilo que caracterizava esta “novidade” do PT?

Francisco de Oliveira (1986)⁶ tem uma interpretação interessante sobre o lugar dos movimentos sociais no PT, em meados da década de 1980, que pode iluminar nossa percepção sobre o tema. Oliveira trata dos “setores” pelos quais o PT é formado: os trabalhadores organizados nos sindicatos, os intelectuais advindos de uma experiência anterior crítica ao Partido Comunista Brasileiro e, por fim, os “movimentos sociais”, que o autor assim analisa:

“(Os ‘movimentos sociais’) são, quase por definição, produto da falta de identidade política da classe operária: em primeiro lugar, essa falta de identidade se traduz em carências que denunciam a insuficiência do salário real; de outro, da falta de representação política, portanto de um partido político da classe operária, ausente da política brasileira desde o degradingolamento do PC brasileiro; em terceiro lugar, os movimentos sociais, ainda que fundados nas premissas anteriores, são também, de algum modo, uma estratégia do Estado para manter a segmentação dos dominados: tratá-los discriminadamente, atendê-los setorialmente, manter separadas reivindicações operárias e reivindicações difusamente “populares” representa o jogo de uma dialética perversa onde o objetivo das classes dominantes, traduzidas no Estado do Mal-Estar e concretizadas pelas ações dos governos locais, estaduais e federal, é nunca permitir a fusão das reivindicações operárias e as difusamente populares. Afinal, se alguma definição do populismo é suficientemente abrangente, esta é a de atender reivindicações que nunca se transformam em direitos. Deste ponto de vista, os setores dos movimentos sociais que estão no PT carecem também, ao seu modo, de uma cultura política socialista, a qual se traduz de certo

⁶ Publicado no livro “E agora, PT? Caráter e identidade”, em 1986, uma espécie de coletânea de textos de apresentação do PT, escritos por intelectuais e dirigentes do Partido ligados à Articulação, principal corrente do partido no período.

modo na ojeriza à política, no basismo, e termina por desembocar naquilo que Eunice Durham chamou a “construção da cidadania”: isto é, a politização dos movimentos populares começa pela reivindicação da cidadania, da qual estão excluídos por não possuírem sequer a Carteira do Trabalho, que mais que o título de eleitor é o único reconhecido numa sociedade em que a força de trabalho não é nada, nem sequer chega a ser mercadoria. Dialeticamente, estes setores se reconhecem no PT porque este é “diferente”, isto é, nele não estão a burguesia nem os “políticos profissionais”, coisa que é mais aparente que real, posto que qualquer partido funciona com uma burocracia, lugar privilegiado dos “políticos profissionais”. (...) Esta sensação difusa de que no PT os movimentos sociais *podem* falar é a outra face da persistente e ampla anticultura política do populismo, onde os movimentos sociais apenas ouvem o discurso de cima da falsa isomorfia entre “políticos” e “povo”. (OLIVEIRA, 1986: 15-16)

É certo que esta visão não era a de todo o PT. Porém, se trata do texto de um intelectual central no petismo da década de 1980, sobretudo em seu núcleo dirigente. Certamente, não era livre de contradições a relação entre o PT e os movimentos sociais, desde sua origem. Partidos políticos são compostos de facções fundadas muitas vezes por sua posição nas estruturas sociopolíticas. As relações entre elas podem ser mais ou menos harmônicas, a depender da conjuntura política e dos objetivos nela situados e do grau de disputa interna pelo poder. Mas, para além disso, penso que o principal aspecto que o texto de Oliveira agrega ao nosso tema - o lugar dos movimentos sociais no lulismo - é o seguinte: como o PT pode lidar com sua vocação de partido de representação da classe trabalhadora - “de massas” - e a identificação dos movimentos sociais - que *segmentam* a luta de classe - com o partido?

A partir da inspiração de Tilly, é possível dizer que, como regime político, o lulismo se caracteriza por proporcionar aos movimentos sociais uma margem maior de atuação na cena política. O fato de que grande parte dos movimentos sociais se identifiquem e tenham militantes petistas em seus quadros torna o governo liderado pelo PT, ao menos, mais aberto aos movimentos do que governos liderados por outros partidos, o que é um dos fatores indicado por Tilly. Não se trata, é claro, de uma relação que se dê sem alguma mediação institucional, como já apontado por Abers, Serafim e Tatagiba (2014).

O que importa é buscar perceber a *variação* no regime político. O que caracteriza o lulismo em sua diferença em relação ao período anterior? Se a marca do lulismo é a diminuição da desigualdade e da pobreza com manutenção da estabilidade política e da ordem, em que amplitude se deu a mudança na estrutura das oportunidades políticas dos movimentos sociais na relação com o Estado?

Considerando o texto de Oliveira (1986), é possível depreendermos que os limites para o protagonismo dos movimentos sociais em um eventual governo petista já estavam estabelecidos desde os primórdios da construção do partido. O PT foi construído sobretudo pelas lideranças sindicais e intelectuais de esquerda que tinham a *classe trabalhadora* como referência principal para a luta política. Gradativamente, o discurso petista vai se transformando e a questão dos *pobres* passa a ganhar centralidade, processo que se consagra no lulismo, mas onde também se acentua a identificação dos mais pobres com o PT (SINGER, 2012). Grosso modo - pois não poderei desenvolver com todo rigor este argumento aqui - é desta forma que se torna discursivamente possível que o confronto com o capital seja suspenso e que a mudança para os "de baixo" ocorra sem que se abalem as macroestruturas de poder econômico e político no país.

Esta característica do regime lulista gera duas consequências para a questão da participação e para a influência dos movimentos sociais no governo: 1) não há espaço para um processo participativo de confronto com a ordem e que envolva deliberação popular sobre o orçamento - como, por exemplo, seria um Orçamento Participativo nacional. Para além das dificuldades operacionais, uma decisão como essa levaria o governo a um confronto direto com o Parlamento e todos os grandes interesses econômicos e políticos envolvidos e que não se alteram com a mudança de regime; e 2) a influência dos movimentos sociais se dará apenas em seu *segmento*, no setor de políticas públicas correspondente à sua atuação, e desde que não haja conflito aberto com setores econômicos dominantes em cada setor.

Os movimentos sociais, assim, encontrarão no lulismo um regime que está aberto a escutar suas reivindicações e, mais que isso, que incorpora seus militantes em áreas e setores de políticas públicas no aparelho do Estado antes reservados às burocracias formais, técnicos e apaniguados políticos da ordem anteriormente estabelecida. Têm mais

condições políticas de verem pautas históricas que envolvem legislação específica avançarem no Parlamento. Terão nos conselhos e sobretudo nas conferências nacionais a oportunidade de fortalecer suas pautas específicas e sua organização política. A concretização destas novas oportunidades políticas que caracterizam esta mudança no regime se dá nos confrontos específicos dos setores de políticas públicas, não sem que hajam resistências dos grupos políticos afinados com a preservação do *status quo* e que podem estar articulados à base de apoio do governo no Parlamento.

5. Junho de 2013 e a crise do lulismo

A crise do lulismo é compreendida por Singer (2018) como um resultado de sua “aceleração” - ou seja, de um avanço sobre o capital financeiro e contra o domínio do PMDB no Congresso Nacional. Contra o primeiro, Dilma implantara a “nova matriz econômica”, reduzindo juros e tomando outras medidas para financiar a produção. Interuiu na economia como há muito tempo - talvez desde Geisel - não se fazia no país. Atuava na tentativa de manter o crescimento econômico em alta de maneira a absorver a nova geração de jovens trabalhadores - muitos deles com ensino superior completo pelas políticas como Prouni, expansão do Fies e do ensino superior público - que havia sido alocada no instável setor de serviços, com salários mais baixos e com alta rotatividade. Contra o “ensaio desenvolvimentista” levantou-se não só o capital financeiro, mas também os industriais da FIESP.

O PMDB se rebelou sobretudo após o que Singer chama de “ensaio republicano”, onde gradativamente Dilma desfazia a aliança com o principal partido do Congresso e com aliados que mantiveram a governabilidade no auge do lulismo. A intervenção ocorreu na Petrobrás, na Eletrobrás, em outras estatais e também no próprio Congresso. A presidente começou a perder sucessivas votações no Parlamento. Porém, seria um elemento externo inesperado o catalisador da reação que mudaria a história do país.

Junho de 2013 levou a que Dilma perdesse, em poucos dias, uma aprovação de 57% de ótimo e bom para 30%, segundo pesquisa do Datafolha.⁷ Com a fragilidade política acentuada, tornou-se presa fácil para seus adversários políticos. Ganha a reeleição em 2014, mas perde a política econômica que havia estabelecido em 2011, com a nomeação de um ministro da Fazenda advindo do setor financeiro. O lulismo, então, já não existia mais. A política econômica austera e a proposta de uma reforma da Previdência guiada pela mão do mercado faz com que Dilma perca apoio mesmo no PT e na CUT. Em pouco tempo as manifestações pelo impeachment ganharam força e a “classe média” tomaria as ruas contra a corrupção, Lula, Dilma e o PT (TATAGIBA, TRINDADE, TEIXEIRA, 2015).

Cava (2014) sustenta que a ambivalência do lulismo o paralisou. Por um lado, o pacto conservador não gerou mudanças em pontos vitais do sistema, como as políticas de comunicação, o sistema tributário, a questão agrária e as corporações oligárquicas. De outro lado, em sua visão, a expansão dos programas sociais criou uma brecha na transformação do mundo do trabalho, com efeitos multiplicadores muito além do planejado (CAVA, 2014: 850). Estas mudanças teriam gerado uma situação de “democratização além da conta” - além do que seria controlável no pacto lulista - que teria gerado forças sociopolíticas originais em contradição com o ensaio desenvolvimentista, marcadamente referidas pelo autor nos autonomistas do Movimento Passe Livre (MPL).

Em conjunção com Cava (2014), Parruso e Narvaes (2015) aponta que o protagonismo do MPL em Junho representa a reconstituição dos movimentos sociais autônomos e anticapitalistas, na qual se expressam jovens avessos aos compromissos com o sistema político e econômico próprios ao lulismo e, mais que isso, alternativos à geração de movimentos sociais ligados ao PT e à Central Única dos Trabalhadores (CUT). Se é verdade que teria havido um processo de democratização nos anos lulistas que terminaram por colapsar o sistema por baixo, não há dúvida que o MPL foi um ator relevante, talvez um dos únicos que vocalizaram - pela questão da mobilidade - a permanência da precária infra-estrutura urbana que desse vazão à ampliação do emprego.

⁷ Dilma tinha 65% de popularidade (ótimo/bom) em março. Vai a 57% no início de junho e, ao final daquele mês, o índice cai a 30%. “Popularidade de Dilma cai a 27 pontos após protestos”, Folha de S. Paulo, 29 jun. 2013. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/06/1303541-popularidade-de-dilma-cai-27-pontos-apos-protestos.shtml>> . Acesso em 09/09/2018.

Porém, Junho foi mais que isso. Gerou também a percepção sobre as insuficiências do projeto participativo do lulismo e os setores nos quais o pacto desenvolvimentista impediu o protagonismo das comunidades subalternas e dos movimentos sociais. A atuação dos Comitês Populares da Copa contra as remoções e a violação de direitos no processo de construção de estádios e obras de infra-estrutura para o recebimento do Mundial de futebol (AMARAL et. al., 2014) reuniu muitos dos movimentos sociais que haviam tomado parte na construção do PT nos anos 1980 e 1990 ou, pelo menos, suas gerações posteriores. Anos antes, também movimentos ligados à questão ambiental se colocaram contra a construção das usinas de Belo Monte e Santo Antônio. Todo o aparato participativo relacionado às audiências públicas - apenas para Belo Monte foram quatro - mostrou-se absolutamente ineficaz para que os atores envolvidos efetivamente pudessem influenciar a obra.

Junho não apenas simboliza, mas também agrava, o cenário político de instabilidade no regime lulista, em que agentes econômicos e agentes políticos percebem uma janela de oportunidade para se insurgir contra as alterações no regime provocadas por sua "aceleração" (SINGER, 2018). A crise do regime - no que se refere ao seu sentido político mas também mais especificamente quanto às mobilizações sociais - se apresenta pelo aparecimento de novos atores à esquerda (MPL, Comitês) e à direita (ligados à mobilização do segundo período das manifestações). Ela também reforça o surgimento de centros independentes de poder no contexto do regime, no Judiciário e no Ministério Público, capazes de provocar ainda mais instabilidade política. O conservadorismo e o antipetismo dos movimentos que ganham visibilidade em Junho serão a preparação para os protestos pelo impeachment em 2015 e 2016 e as guerras culturais que serão empreendidas por grupos como o Movimento Brasil Livre.

6. Considerações finais

A crise do lulismo, como vimos, abre espaço para a ascensão de forças políticas à direita, que se apresentaram à cena pública a partir de 2013, se fortaleceram nos anos recentes e dificilmente irão se dissipar. À esquerda, um movimento feminista renovado

nos coletivos e as manifestações ligadas à afirmação da perspectiva de gênero e racial também se fortaleceram. A crise do regime político, portanto, se apresenta com a atuação de novos atores societários.

No entanto, também os movimentos sociais nascidos em conjunto com o petismo mantêm-se atuantes na cena pública, ainda que talvez não mais em posição de protagonismo. A Frente Brasil Popular e a Frente Povo Sem Medo reúnem movimentos sociais e partidos políticos à esquerda do espectro político e buscam atuar de maneira organizada no enfrentamento ao governo Temer e aos grupos e iniciativas à direita. Ambas rejeitam a conciliação lulista.

A cena política se coloca aberta e em disputa. O momento eleitoral aguça o conflito político e coloca no centro do debate o perfil do que haverá de ser o bloco sociopolítico no Executivo do país nos próximos anos. O setor conservador articulado em torno do governo Temer não obteve sucesso em suas ações de minorar a crise econômica e política e este governo amarga os piores índices de popularidade da história.

Paradoxalmente, Lula renovou sua liderança política na prisão. No entanto, o lulismo como tal não mais existe - ao menos até que se encerre este período eleitoral. A crise do lulismo levou a um redirecionamento do discurso petista. O espírito do programa de governo apresentado pelo PT para as eleições de 2018 é muito mais próximo do PT anterior à Carta aos Brasileiros, de 2002. Isso ocorreu, evidentemente, pela crise do lulismo como paradigma de governo de conciliação, no contexto do acirramento das posições políticas ao longo dos últimos anos.

Os setores conservadores abandonaram as candidaturas que poderiam mediar uma nova tentativa de constituição de um centro político que governasse o país, em algo que se aproximasse ao lulismo. A polarização política - o avesso do lulismo - se aprofunda com o crescimento de Bolsonaro nas pesquisas de intenção de voto.

Embora as eleições abram a possibilidade de uma virtual recomposição do regime político - nos termos de Tilly indicados no início deste texto - é bastante difícil acreditar que o lulismo poderia se recompor. É verdade que o realinhamento eleitoral de 2006, que deu origem ao conceito, permanece mostrando sua força. Mas, as condições políticas se alteraram e é o campo conservador que parece estar dando as cartas nas instituições do

Estado, embora talvez não eleitoralmente. Assim, os movimentos sociais ligados ao petismo, que participaram do pacto lulista (ainda que em posição subalterna), tem à sua frente um período de resistência e recomposição de forças.

Referências bibliográficas

ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. 2014. Repertórios de interação Estado-sociedade em um Estado heterogêneo: a experiência da era Lula. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, p. 325-357.

AMARAL, Oswaldo E. do; POWER, Thimotty. 2016. The PT at 35: revisiting scholarly interpretations of the Brazilian Workers' Party. *Journal of Latin American Studies*, n. 48, p. 147-171.

AMARAL, Silvia et. al. 2014. A sociedade civil e os conflitos na construção dos megaventos esportivos no Brasil. *Sociedade e Estado*, v. 29, n. 2, Brasília, mai/ago, p. 637-660.

ANTUNES, Ricardo. 2006. A gênese do lulismo. *Jornal do Brasil*, 16/02, Outras Opiniões, p. A15.

BAIOCCHI, Gianpaolo; BRAATHEN, Einar; TEIXEIRA, Ana Claudia. 2013. Transformation institutionalized? Making sense of participatory democracy in the Lula Era. In: Kristian Stokke e Olle Tornquist (eds). *Democratization in the Global South: the importance of transformative politics*. United Kingdom: Palgrave Macmillan.

BETHELL, Leslie. 2013. Populism, neopopulism, and the Left in Brazil: from Getúlio to Lula. In: Carlos de la Torre e Cynthia J. Arnson (eds.). *Latin American populism in the Twenty-First Century*. Washington, D. C.: Woodrow Wilson Center Press; Baltimore: The Johns Hopkins University Press, p. 179-202.

BLIKSTAD, Karin. 2017. Movimentos sociais de pessoas pobres: entre as urgências e os direitos. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

BRAGA, Ruy. 2014. The Lula Moment: constraints in the current peripheral development model. In: Khayaat Fakier e Ellen Ehmke. *Socio-economic Insecurity in Emerging Economies: building new spaces*. London, New York: Routledge.

CARDOSO, Fernando Henrique. 2011. O papel da oposição. *Interesse Nacional*, n. 13, abr/jun.

CARLOS, Euzeneia. 2015. Movimentos sociais e sistema político nas teorias dos movimentos sociais. *Interseções*, v. 17, n. 1, junho, p. 15-53.

CAVA, Bruno. 2014. When Lulism gets out of control. *The South Atlantic Quarterly*, 113: 4, Fall, p. 846-855.

FAUSTO, Sergio. 2010. A outra face do lulo-petismo. *Folha de S. Paulo*, 26 de setembro.

GADEA, Carlos. 2010. Os movimentos sociais e o lulismo (entrevista). *Revista On Line Instituto Humanitas Unisinos*. <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/38748-os-movimentos-sociais-e-o-lulismo-entrevista-especial-com-carlos-a-gadea> Acessado em 02/09/2018.

GUTIERRES, Kellen. 2015. Projetos políticos, trajetórias e estratégias: a política de assistência social entre o partido e o Estado. Tese de doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

HILSENBECK FILHO, Alexander M. 2013. O MST no fio da navalha: dilemas, desafios e potencialidades da luta de classes. Tese de doutorado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas.

HUNTER, Wendy; POWER, Timothy. 2007. "Rewarding Lula: Executive power, social policy, and the Brazilian elections of 2006". *Latin American Politics and Society*, vol. 49, n. 1, Spring, p. 1-30.

JARDIM, Maria A. C. 2009. *Entre a solidariedade e o risco: sindicatos e fundos de pensão em tempos de governo Lula*. São Paulo: Anna Blume.

KECK, Margaret. 1991. *PT: a lógica da diferença: o Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira*. São Paulo: Ática.

KINGSTONE, P. R.; PONCE, A. F. 2010. From Cardoso to Lula: the triumph of pragmatism in Brazil. In: K. WEYLAND (ed.), *Leftist governments in Latin America*, Cambridge University Press.

- KUHN, Thomas S. 2000. *A estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva.
- LEUBOLT, Bernhard; ROMÃO, Wagner. 2017. Socio-ecological innovation in Brazil: the collective survival strategy of the collectors of recyclable material. *Journal für Entwicklungspolitik*, v. 33, p. 36-57.
- LOSEKANN, Cristiana. 2009. A presença das organizações ambientalistas da sociedade civil no governo Lula (2003-2007) e as tensões com os setores econômicos. Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MENEZES, Thiago M.; PALERMO, Vicente. 2012. Gobierno de Lula y lulismo: examinando algunas hipótesis sobre las condiciones de posibilidad y la naturaleza del lulismo. *temas y debates* 23, año 12, enero-junio, p. 13-37.
- NERI, Marcelo et. alli. 2010. Atlas do bolso dos brasileiros. In: Maria Francisca P. Coelho, Luziele Tapajós e Monica Rodrigues (orgs.). *Políticas sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão*. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO.
- NOGUEIRA, Aico S. 2017. Lulism and the institutionalization of social movements in Brazil. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, v. 29, n. 3, 229-260.
- NOVELLI, J. M. 2010. A questão da continuidade da política macroeconômica entre o governo Cardoso e Lula. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 18, p. 227-240.
- OLIVEIRA, Francisco de. 2010. *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo.
- PAOLI, Maria Celia. 1995. Movimentos sociais no Brasil: em busca de um estatuto político. In: Michaela Hellmann (org.). *Movimentos sociais e democracia no Brasil: "Sem a gente não tem jeito"*. São Paulo: Marco Zero, Ildes-FES, Labor.
- PERRUSO, Marco Antonio; NARVAES, Viviane B. 2015. Les journées de(puis) juin 2013. *Brésil(s). Sciences humaines et sociales*, n. 7, mai, p. 19-38.
- POCHMANN, Marcio. 2010. Novo padrão de mudanças sociais no Brasil. *Nueva Sociedad especial em português*, dezembro, p. 109-133.

POWER, Thimoty. 2010. Democracy as a late bloomer: reevaluating the regime in the Cardoso-Lula era. *Latin America Research Review*, Special Issue, v. 45.

RENNÓ, Lúcio; CABELLO, Andrea. 2010. 'As bases do lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento?'. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 25, n. 74, p. 39-60.

RICCI, R. 2010. *Lulismo: da era dos movimentos sociais à ascensão da nova classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Contraponto Editora.

SERAFIM, Lizandra. 2013. Participação no Governo Lula: as pautas da reforma urbana no Ministério das Cidades (2003-2010). Tese de doutorado - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Unicamp, Campinas.

SINGER, André. 2000. *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro. As identificações ideológicas nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. São Paulo: Edusp.

_____. 2009. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos*, n. 85, p. 83-102.

_____. 2012. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras.

_____. 2018. O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras.

SOUZA, Amaury de. 2011. The politics of personality in Brazil. *Journal of Democracy*, v. 22, n. 2, April, p. 75-88.

TATAGIBA, Luciana; TRINDADE, Thiago; TEIXEIRA, Ana Claudia. 2015. Protestos à direita no Brasil (2007-2015). In: Sebastião Velasco e Cruz, André Kaysel e Gustavo Cordas (orgs.), *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

TARROW, Sidney. 2009. *O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político*. Petrópolis, RJ: Vozes.

TILLY, Charles. 1978. *From mobilization to revolution*. Reading, Mass.: Addison-Wesley.

_____. 2006. *Regimes and repertoires*. Chicago: The University of Chicago Press.

ZUCCO Jr., Cesar. 2008. The President's "New" Constituency: Lula and the Pragmatic Vote in Brazil's 2006 Presidential Elections. *Journal of Latin American Studies*, n. 40, p. 29-49;

_____. 2013. When Payouts Pay Off: Conditional Cash Transfers and Voting Behavior in Brazil, 2002-2010. *American Journal of Political Science*, v. 57, n. 4, p. 810-822.